

**RESOLVE**

DESIGNAR o Magistrado Dr. **PEDRO ÉSIO CORREIA DE OLIVEIRA** e o servidor **ISAÍAS CAMURÇA DE SOUZA**, como Fiscal e Suplente da **Comarca de Apuí**; o Magistrado Dr. **DIEGO DANIEL DAL BOSCO** e o servidor **FREDSON VIERA DE SOUZA**, como Fiscal e Suplente da **Comarca de Beruri** e o Magistrado Dr. **FÁBIO LOPES ALFAIA** e o servidor **EVERLAN ORAN BARROS DE MENEZES**, como Fiscal e Suplente da **Comarca de Coari**, para respectivamente, acompanharem a execução do **Contrato Administrativo nº 027/2018-FUNJEAM**, celebrado entre esta Corte de Justiça e a Empresa Amazonas Distribuidora de Energia S/A, cessando os efeitos dos itens 01, 02 e 04 da Portaria nº. 4736, de 21.08.2018.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Justiça, em Manaus, 16 de julho de 2019.

MESSIAS AUGUSTO LIMA BELCHIOR DE ANDRADE
Secretário-Geral de Administração

DESPACHOS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019/016534

DESPACHO-OFÍCIO Nº 2626/2019-GABPRES/TJAM

Trata-se de processo administrativo, em que o servidor Wagner Pereira Lima, Assistente Judiciário, lotado na 16ª Vara do Juizado Especial Cível, postula a inclusão em seus assentamentos funcionais, na condição de dependentes, de sua cônica Maria Francisca Lucas Lima, CPF nº 337.474.402-82 e de seu filho menor Luiz Henrique Lucas Lima, CPF nº 049.920.942-79, para fins de previdenciários e de imposto de renda.

Às fls. 2/4 e 09/12, o requerente anexou os seguintes documentos: requerimento; Certidão de Casamento; Certidão de Nascimento; RGs e CPFs.

À fl. 15, a Divisão de Pessoal informa que o servidor Wagner Pereira Lima, não possui dependentes, registrados em seus assentamentos funcionais.

Às fls. 19/22, consta Parecer da Assessoria Administrativa da Secretaria Geral de Administração.

É o relatório.

In casu, o pleito requerido pelo mencionado servidor deste Poder, para fins previdenciários, para inclusão de sua cônica e do seu filho menor, deverá ser dirigido diretamente a Amazonprev, em razão do Termo de Adesão firmado por este Tribunal.

Neste panorama, acolho integralmente o mencionado Parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para DEFERIR PARCIALMENTE o pleito do servidor Wagner Pereira Lima, Assistente Judiciário, lotado na 16ª Vara do Juizado Especial Cível, no sentido de proceder à inclusão em seus assentamentos funcionais, na condição de dependentes, de sua cônica Maria Francisca Lucas Lima, CPF nº 337.474.402-82 e de seu filho menor Luiz Henrique Lucas Lima, CPF nº 049.920.942-79, para fins de imposto de renda, nos termos do art. 35, I e III, da Lei nº 9.250/1995, devendo o pedido de inclusão para fins previdenciários, ser dirigido diretamente à Amazonprev, conforme Termo de Adesão firmado por este Tribunal.

Dê-se ciência o requerente. Após, arquivem-se os autos.

À Divisão de Expediente para providências.

Manaus, 17 de julho de 2019.

Desembargador Yedo Simões de Oliveira
Presidente do TJAM

DESPACHOS DE HOMOLOGAÇÕES**DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os autos do processo licitatório referente ao **Pregão Eletrônico nº 023/2019. Objeto: Registro de Preços** para eventual fornecimento de **Extintores, serviço de recarga de extintores e materiais para combate de incêndio** para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses., **decorrente do processo administrativo nº 2018/30468;**

CONSIDERANDO o resultado do processo licitatório, do objeto do referido pregão eletrônico, conforme segue: **GRUPO 04**, no menor preço por grupo (lote), no valor de **R\$ 8.477,60** (oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta centavos); **GRUPO 05**, no menor preço por grupo (lote), no valor de **R\$ 10.060,00** (dez mil e sessenta reais) à empresa **INDIKA PRODUCOES SERIGRAFICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, CNPJ: **06.177.939/0001-02**, conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico, constante às fls. 559/744 dos autos;

CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitadas todas as medidas legais nos termos de que preceitua as Leis nºs. 10.520/02 e 8.666/93, o Decreto nº. 5.450/05 e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o procedimento licitatório referenciado, com fundamento nos artigos 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e 8º, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05;

II – DETERMINAR que a empresa vencedora seja convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços;

III – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei.

Manaus, 23 de julho de 2019.

Desembargador **Yedo Simões de Oliveira**
Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas

TERMOS DE APOSTILAS**PRIMEIRA APOSTILA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018-FUNJEAM**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 2019/16996-FUNJEAM,

RESOLVE:

APROVAR, com fundamento legal no artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, a **Primeira Apostila ao Contrato Administrativo nº 028/2018-FUNJEAM (ALFAMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP)**, relativo à serviços de dedetização,



que consiste no controle integrado de pragas urbanas, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, nas dependências do Fórum Cível e, atinente **ao reajuste anual com base no IPCA-IBGE**, cuja variação está compreendida no período de junho de 2018 a maio de 2019, sendo o índice acumulado aplicado de 4,6584%.

AUTORIZAR o pagamento tão somente da importância de **R\$ 278,57 (Duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos)**, sendo R\$ 14,00 (quatorze reais) referente a 18 (dezoito) dias de Julho/2019, e quando da efetiva prestação dos serviços, o pagamento de 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 255,32 (Duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), referente ao período de Agosto/2019 a Junho/2020, bem como o pagamento R\$ 9,25 (Nove reais e vinte e cinco centavos) atinente a 12 (doze) dias do mês de Julho/2020.

Manaus/AM, 22 de julho de 2019.

Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

EXTRATOS

EXTRATO Nº 131/2019 – DVCC/TJ

1.ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica Nº 034/2019-TJ

2.PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2018/009071-TJ

3.DATA DA ASSINATURA: 17/06/2019

4.PARTÍCIPES: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Metropolitano de Ensino Superior.

5.OBJETO: A cooperação entre os partícipes objetiva, prioritariamente, a conjugação de esforços com vista a operacionalização do **Projeto “Meu Pai é Legal”**, a fim de viabilizar o reconhecimento da paternidade dos alunos matriculados na rede pública de ensino estadual e municipal, em suas zonas urbanas e rural da cidade de Manaus.

6.FUNDAMENTAÇÃO: O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se no art. 116, “caput”, da Lei n.º 8.666/93.

7.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O presente Acordo não envolverá a transferência de recursos entre os celebrantes. As ações resultantes que implicarem, eventualmente, transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

8.VIGÊNCIA: O presente Termo terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso não haja expressa manifestação em contrário de qualquer das partes, mantidas as Cláusulas e condições pactuadas.

Manaus, 17 de Junho de 2019.

Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

SEÇÃO III

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIAS

PORTARIAN.º 115/2019 - CGJ/AM

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR**, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas;

No uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º 109/2019 – CGJ/AM, de 28 de junho de 2019, a qual determinou a realização de Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Iranduba/AM;

RESOLVE:

I – **RETIFICAR** a portaria n.º 109/2019 para **INCLUIR** o servidor **PEDRO LUIS NUNES ANDRADE** como membro da comissão da correição no **Cartório Extrajudicial da Comarca de Iranduba/AM**.

CUMPRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Corregedor-Geral de Justiça. Manaus, 5 de julho de 2019.

Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR**
Corregedor-Geral de Justiça

PORTARIAN.º 122/2019 - CGJ/AM

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR**, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas;

No uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 74, III e 75 da Lei Complementar nº 17/97 (Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Amazonas);

RESOLVE:

I – **REALIZAR** Correição Extraordinária na **Vara Única da Comarca de Urucurituba/AM**, sob sua presidência;

II – **DESIGNAR** a servidora **JOSEANE NOBRE DE LIMA TIAGO** para secretariar os trabalhos, na forma da Lei, auxiliada pelas servidoras **TATIANA DE BORBOREMA CORREIA** e **RAQUEL SANTOS DE AGUIAR**.

CUMPRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Corregedor-Geral de Justiça. Manaus, 22 de julho de 2019.

Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR**
Corregedor-Geral de Justiça